

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2018

**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Concurso Público para provimento de vagas de Consultor Técnico-Legislativo Categoria Técnico em Comunicação Social/Produtor de Multimídia

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C31', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1^o parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1^o parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2^o parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2^o parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3^o parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1^o parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.
-
9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:
- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
 - (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
 - (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
 - (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
 - (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*
-
10. *Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.*
- Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:
- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
 - (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
 - (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
 - (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
 - (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.
-
11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior, é correto afirmar que*
- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
 - (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
 - (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
 - (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
 - (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.
-
12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
-
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
 - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
 - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
-
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispendo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.
- Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é
- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
 - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
 - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
 - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
 - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.
-
20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
 - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
 - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
 - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
 - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.
-
21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
 - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
 - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
 - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
 - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.
-

Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
 - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
 - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
 - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ")".
 - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.
-



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, III e IV.
25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:
- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
 - (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
 - (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
 - (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
 - (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:
- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
 - (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
 - (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
 - (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete
- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
 - (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
 - (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
 - (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
 - (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.
28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias
- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
 - (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
 - (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
 - (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
 - (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. É certo que os diferentes meios de comunicação apresentam um discurso próprio. No entanto, “no computador, a comunicação televisiva vai se misturar com telefonia, rádio, transporte de Internet via cabo, transmissão direta por satélite, suporte em tempo real, pagers, celulares, tablets e laptops (...).

(BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo; **Manual de Jornalismo para rádio, TV e novas mídias**. Rio de Janeiro: Elsevier)

Essa construção se convencionou chamar de

- (A) agenda *setting*.
 - (B) aldeia global.
 - (C) espiral do silêncio.
 - (D) convergência das mídias.
 - (E) jornalismo colaborativo.
-
32. O jornalismo digital impingiu uma velocidade fantástica na divulgação de notícias, de uma forma nunca antes vista nos outros meios. Esse fato tem trazido alguns problemas para o resultado das publicações jornalísticas que sofrem com o grande número de erros. Frente a essa situação a área mais afetada da produção jornalística é a
- (A) copidesque.
 - (B) diagramação.
 - (C) titulação.
 - (D) fotografia.
 - (E) checagem.
-
33. À transmissão de informações como texto, imagem, som, vídeo e animação, permitindo ao usuário da Internet acessá-las da maneira como bem entender, dá-se o nome de
- (A) hipertexto.
 - (B) hipermissão.
 - (C) *home page*.
 - (D) *hub*.
 - (E) *heavy-users*.
-
34. A *web*, em comparação com as outras mídias, tem implementado uma série de mudanças no noticiário, tais como, por exemplo, a interação entre produtores e consumidores de notícias. Outra mudança significativa foi
- (A) a abolição do fechamento.
 - (B) o fim da pauta.
 - (C) a extinção da reportagem.
 - (D) o papel da edição.
 - (E) a curiosidade do leitor.
-
35. Por sua beleza estética, nos últimos tempos, os infográficos têm dominado a cena em muitos espaços na mídia, sendo encontrados em abundância. Pode-se considerar a utilização desse recurso, acima de tudo, como
- (A) enfeite gráfico.
 - (B) modismo passageiro.
 - (C) informação visual.
 - (D) norteador de leitura.
 - (E) elemento de propaganda.
-

36. Dentro de uma instituição pública, são conceitos corretos sobre os fluxos de informação:
- (A) O fluxo lateral trata de mensagens trocadas entre um superior e um subordinado localizado em outra área ou departamento e o fluxo ascendente promove a participação mais efetiva dos colaboradores.
 - (B) O fluxo lateral ocorre entre funcionários de um mesmo nível hierárquico e o fluxo descendente tem como objetivo passar o maior número de informações possíveis aos subordinados.
 - (C) O fluxo lateral ocorre entre funcionários de um mesmo nível hierárquico e o fluxo descendente é comum em organizações mais abertas e menos burocráticas.
 - (D) O fluxo diagonal trata de mensagens trocadas entre um superior e um subordinado localizado em outra área e o fluxo horizontal tem como objetivo passar o maior número de informações para que todos possam desenvolver suas atividades.
 - (E) O fluxo descendente é feito a partir de equipes multidisciplinares, nas quais todos têm responsabilidades iguais, já o fluxo diagonal é comum em organizações com forte peso nos programas interdepartamentais.



37. Sobre o conceito de portais, é correto afirmar que
- (A) fornecem ao consumidor diversas interfaces com a função de atrair o público em geral para um componente específico, que terá melhor tratamento editorial e gráfico que as demais seções.
 - (B) no mundo corporativo, são voltados ao público geral que navega na internet; os colaboradores recorrem a outras fontes para encontrar as informações que precisam para o trabalho cotidiano.
 - (C) o uso de *login* e senha para interfaces específicas aos colaboradores em portais públicos fere o conceito de transparência.
 - (D) o portal corporativo é uma evolução do uso das intranets, incorporando, a essa tecnologia, novas ferramentas que permitem identificação, captura e armazenamento de informações de várias fontes.
 - (E) as intranets são interfaces com múltiplas ferramentas multimídias, enquanto que os portais são repositórios de arquivos como planilhas e PDFs, que ficam disponíveis para pesquisas, sem tratamento editorial.
-
38. Em relação aos programas proprietários de redação de texto, planilhas e apresentações, a principal diferença do Google Drive é que ele
- (A) não permite a visualização e conversão dos arquivos no formato PDF, pois é um aplicativo utilizado para a redação e edição colaborativa de textos.
 - (B) é utilizado para a produção de textos compartilhados e que necessitam de edição colaborativa. Não é recomendado para apresentações de slides, planilhas, desenhos e formulários on-line.
 - (C) é um ambiente desenvolvido pela Google, principal concorrente da empresa que fornece os programas de redação e criação de planilhas e apresentações, o que inviabiliza a circulação de arquivos entre os usuários.
 - (D) depende da versão mais atualizada do aplicativo, enquanto que o programa proprietário, mesmo de versões anteriores, funciona normalmente com qualquer usuário.
 - (E) é um ambiente que armazena arquivos em nuvens, ou seja, utiliza memória de servidores on-line e permite o acesso remoto pela Internet sem a necessidade de instalação de programas ou armazenamento físico de dados.
-
39. Sobre a interação na TV,
- (A) passou a acontecer depois da popularização dos *smartphones* e da capacidade de fazer a multitela.
 - (B) diminuiu o poder mercadológico das emissoras de TV, que não conseguem ampliar os canais de comunicação com o público.
 - (C) nas plataformas digitais também há o estímulo ao envio de críticas, sugestões e comentários sobre os programas.
 - (D) passou a acontecer quando surgiram as redes sociais.
 - (E) no período analógico da TV não se podia falar em interação.
-
40. Sobre a distribuição dos componentes dentro de uma peça de comunicação, considere as assertivas abaixo:
- I. Para atrair a atenção do leitor para todas as partes da peça, a solução é utilizar recursos como imagens, fotos, desenhos, cores e quadros com letras grandes nos cantos sem atração
- PORQUE
- II. na civilização ocidental, a vista do leitor foi educada para seguir uma diagonal do alto à direita até a parte de baixo à esquerda. A primeira região que o nosso hábito de leitura nos leva a olhar, o alto à direita, é chamada de área óptica primária.
- É correto afirmar que
- (A) a primeira asserção é verdadeira, a segunda é uma asserção falsa e não há relação causal entre elas.
 - (B) as duas asserções são falsas e não há relação causal entre elas.
 - (C) as duas asserções são verdadeiras, mas não há relação causal entre elas.
 - (D) a primeira asserção é falsa, a segunda asserção é verdadeira e não há relação causal entre elas.
 - (E) as duas asserções são verdadeiras e a segunda é uma consequência da primeira.



41. No livro *Sociedade em Rede* (v. 1, *Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016, p. 465), Manuel Castells afirma que:

A economia global/informacional é organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas. Serviços avançados, inclusive finanças, seguros, bens imobiliários, consultorias, serviços de assessoria jurídica, propaganda, projetos, marketing, relações públicas, segurança, coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, bem como P&D [pesquisa e desenvolvimento] e inovação científica, estão no cerne de todos os processos econômicos, seja na indústria, agricultura, energia, seja em serviços de diferentes tipos. Todos podem ser reduzidos à geração de conhecimento e a fluxos de informação. Portanto, os sistemas avançados de telecomunicações poderiam possibilitar sua localização dispersa pelo globo. Mais de uma década de estudos sobre o assunto, no entanto, estabeleceu um modelo espacial diferente, caracterizado pela dispersão e concentração simultânea dos serviços avançados.

A tendência da dinâmica da estrutura de produção e circulação de informações descrita por Castells implica

- (A) descentralização da produção cultural, tanto em termos de conteúdos quanto de formatos e padrões.
 - (B) conexão de clientes esparsos a uma rede centralizada, como se o território norte-americano fosse um grande servidor global.
 - (C) recrudescimento da concentração das estruturas industriais nos países desenvolvidos.
 - (D) criação de centros informacionais em todos os continentes que se interconectam em uma grande rede global.
 - (E) completa autonomia de inserção e atuação de novos atores dentro de uma grande rede global.
-
42. O acesso à informação pública no Brasil deve observar “a publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção”, motivo pelo qual a Lei nº 12.527/2011 estabelece como uma de suas diretrizes a “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”. Para além dos princípios previstos em lei, a plena realização do direito à informação com o uso das tecnologias da informação precisa ser complementado por
- (A) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
 - (B) inclusão digital a cidadãos de todas as camadas e classes sociais.
 - (C) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração pública.
 - (D) desenvolvimento do controle social da Administração pública.
 - (E) abertura de arquivos com informações classificadas.
-

43. A Estratégia de Governança Digital (<https://www.governodigital.gov.br/EGD>) brasileira é sintetizada em um documento publicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, cujo propósito é orientar e integrar iniciativas de governança digital no âmbito do Executivo Federal, de modo que a convergência de esforços em termos de infraestrutura, plataformas, sistemas e serviços da Administração pública impulsionem a prática em todo o Estado brasileiro.

Entre os princípios da governança digital está o de “governo como plataforma” (p. 14)

Governo como plataforma: *o governo deve constituir-se como uma plataforma aberta, sobre a qual os diversos atores sociais possam construir suas aplicações tecnológicas para a prestação de serviços e o desenvolvimento social e econômico do país, permitindo a expansão e a inovação.*

A realização desse princípio depende de outros agentes, sejam públicos ou privados, fazendo uso de dados governamentais. No entanto, para não entrar em conflito com outros princípios da governança digital no Brasil se faz necessário

- (A) estabelecer classificação sigilosa de modo que os interessados em desenvolver aplicações não acessem dados inconvenientes de gestão pública.
 - (B) abertura de dados, mantendo sigilo das informações do cidadão, apenas a quem dispõe de conhecimento técnico para construir aplicações.
 - (C) criar estruturas paralelas para conseguir atender grande escala de solicitações de dados, permitindo assim a manutenção do sigilo a informações do cidadão.
 - (D) oferecer em meios digitais a consulta a dados bancários e de previdência, delimitando a informações estatísticas e dados numéricos.
 - (E) disponibilizar dados abertos e confiáveis, mantendo o sigilo das informações do cidadão.
-
44. Na origem do capitalismo industrial o objetivo dos grandes fabricantes foi atingir todas as pessoas, massificando o consumo. Com o desenvolvimento das sociedades de consumo, as empresas se afastaram dessa mentalidade e se dedicaram a atender grandes segmentos de mercado. Dentro dessa perspectiva, em uma lógica razoável, as três principais maneiras de dividir os segmentos são sua identificação como grupos
- (A) por frequência de compra, produtos consumidos e interação com a empresa.
 - (B) por sexo, idade e cidade.
 - (C) demográficos, de necessidade e de comportamento.
 - (D) de potenciais consumidores, consumidores eventuais e consumidores frequentes.
 - (E) de usuários de canal, identificados por palavras-chave e por afinidades.
-



45. Leia o trecho abaixo.

A esfera cultural, examinemos o caso muitas vezes citado dos museus. Teme-se (ou deseja-se) que os “museus virtuais” substituam os museus “reais”, ou seja, que a visita a serviços on-line dos museus ou dos sites dedicados à arte faça cessar o fluxo de visitantes nos prédios que abrigam as obras originais. Repito: os preocupados com uma possível desencarnação da arte ou da relação com o mundo em geral, que a pálida cópia digital que pode ser processada pela Internet nunca terá a mesma riqueza sensível da peça fisicamente presente. Todos concordam quanto a isso. Mas, se examinarmos a história, constatamos que a multiplicação das reproduções impressas das revistas e livros de arte, dos catálogos de museus, dos filmes ou dos programas de televisão a respeito da cerâmica, pintura ou escultura não impediu – pelo contrário, incentivou a ida aos museus.

(LEVY, Pierre: **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 215)

As tecnologias de comunicação digital apresentam uma tendência de

- (A) coexistência com as demais mídias, provocando um rearranjo do uso social de cada tecnologia.
- (B) substituição das demais mídias, particularmente as impressas, que serão substituídas pelos canais da internet.
- (C) substituição apenas das mídias impressas, puxadas pela divulgação de exposições de arte.
- (D) uma existência evanescente por conta da solidez de mídias tradicionais, particularmente dos meios impressos.
- (E) uma existência intermitente, com usos em momentos adequados e armazenamento para poupar recursos.

46. Na Web 1.0 o conteúdo de outras mídias, especialmente as impressas, foi transposto para a tela do computador, enquanto na Web 2.0 se permitiu interação entre quem publica e seu leitor, gerando ferramentas como blogs, wikis e as primeiras redes sociais, como Orkut e MySpace. Na internet 3.0, além da interação, algumas páginas, redes sociais e até aplicativos conseguem oferecer conteúdo sob demanda para o usuário, exibindo na tela sugestões de páginas, links etc. a partir dos hábitos de navegação do usuário, incluindo necessidades e interesses recentemente demonstrados nas páginas e locais visitados. O recurso tecnológico básico que permite fazer esse mapeamento de interesses dos visitantes de um website é chamado

- (A) certificado SSL para navegação HTTPS.
- (B) cookie.
- (C) TCP.
- (D) browser.
- (E) webserver.

47. São elementos essenciais para a inclusão digital:

- I. Acesso a tecnologias de desempenho adequado ao fluxo de dados necessário para ter uma navegação eficaz.
- II. Disponibilidade de serviços eficientes de acesso, bem como a capacidade de contratá-los.
- III. Capacidade de uso fluente das tecnologias e linguagens necessárias para troca de informações na rede.
- IV. Computadores com drives de multimídia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

48. O protocolo de transmissão que permite trocas de arquivos grandes e permite também acessar remotamente sistemas de arquivos, diretamente entre computadores sem passar por pela *web*, é chamado

- (A) HTTP.
- (B) DHCP.
- (C) IP.
- (D) FTP.
- (E) SMTP.

49. Na construção de um portal com recursos multimeios, usando um sistema de gestão de conteúdo WordPress hospedado em servidor Linux, *webserver* Apache e escrito em PHP, o sistema de gestão de banco de dados adequado é o

- (A) Python.
- (B) PHPMyAdmin.
- (C) MySQL.
- (D) MS Access.
- (E) Node.js.



50. Ao usar ferramentas de autoria na composição de conteúdo multimídia para plataformas de ensino a distância, o formato adequado para publicação em cursos de diferentes sistemas de gestão da aprendizagem é
- (A) scorm.
 - (B) indd.
 - (C) ai.
 - (D) cdr.
 - (E) odt.
-
51. A base do jornalismo na internet é o conteúdo digital, oferecido em uma estrutura de empacotamento na qual temos um elemento principal, que é
- (A) o *browser*, que permite acessar o conteúdo que queremos ler.
 - (B) a *tag*, pois ela permite acessar qualquer ponto do mesmo documento e de outros documentos correlacionados.
 - (C) sua *home page*, o endereço que permite acessar os vários assuntos de cada edição.
 - (D) o *hiperlink*, que oferece a possibilidade de passar de um ponto do documento para outro ponto no mesmo documento ou em outro documento.
 - (E) o HTML, o formato básico utilizado na criação de páginas para a web, que ajuda a navegar entre as notícias.
-
52. Os métodos para transmissão de informações que incorporam recursos de texto e multimídia são denominados
- (A) banda larga da internet, responsável por incorporar recursos de texto e multimídia para realizar a transmissão de informações pela internet.
 - (B) *links*, sistemas de transmissão de informações que incorporam recursos de texto e multimídia.
 - (C) TCP/IP, sistemas que incorporam informações de textos e imagens para transmissão pela internet.
 - (D) hipermídia, que permite que imagens, filmes e animações possam ser transmitidos em computadores.
 - (E) *Clustering*, tecnologia que incorpora recursos de textos, imagens e sons na internet e que interpreta os dados para transmissão.
-
53. As extensões AVI, HTML, WAV, 3GP, MOV designam arquivos digitais que contêm, respectivamente:
- (A) vídeo – arquivos metadados – áudio – blogs – áudio.
 - (B) áudio e vídeo – blogs – áudio – áudio e vídeo – vídeo.
 - (C) vídeo – página web – áudio – extensões de celulares – vídeo.
 - (D) áudio e vídeo – arquivos metadados – áudio – páginas web – vídeo.
 - (E) áudio – página web – vídeo – vídeo animado – áudio.
-
54. Um documento analógico se diferencia de um documento digital porque
- (A) vivemos cercados de dispositivos digitais e os textos, imagens e vídeos que lemos, vemos e ouvimos são documentos digitais. No documento analógico os dados são representados por quantidades físicas que variam de forma contínua.
 - (B) a voz do homem e os sons do ambiente que ouvimos (ruídos) são analógicos, já o som dos *players* de áudio e vídeo são arquivos digitais, reconvertidos em sinais analógicos quando ouvimos, porque a audição responde aos sinais analógicos.
 - (C) a imagem digital é composta por *pixels* (*picture elements*), sendo que o *pixel* é a menor unidade de uma imagem e não pode ser manipulado. A imagem analógica está fundamentada no processo físico-químico e tem uma analogia com a imagem real.
 - (D) analógico é aquele que produzimos em equipamentos como máquinas de escrever e microfones e podemos ver e ouvir, já os documentos digitais são aqueles que vemos e ouvimos em computadores e *smartphones*.
 - (E) na era moderna não trabalhamos mais com documentos analógicos, todos os documentos agora são disponibilizados em forma digital ou binária.
-
55. O processo de produção de um documento digital – de texto, sons e imagem
- (A) requer editores como o WordPress para páginas digitais de um site e Windows Media Player para digitalizar imagens e sons.
 - (B) é resultado de processos de digitalização ou captura de informações analógicas, configuradas com ou sem compressão de dados, e armazenadas em arquivos específicos.
 - (C) requer editores como o Word para textos digitais e o Photoshop para documentos de sons e imagens.
 - (D) necessitam de programas de computadores que fazem a compressão dos dados sem perdas em arquivos com extensões do tipo DOC, MPEG e MP3.
 - (E) necessita de players e reprodutores de texto, áudio e vídeo, pois os documentos digitais são documentos analógicos traduzidos em informações digitais.



-
56. A página mestre em um *software* de editoração eletrônica como o InDesign
- (A) é a página que abre um projeto gráfico de internet – um livro, jornal ou revista – e nela são colocadas todas as informações que formam o índice do projeto.
 - (B) contém textos e fotos e serve de parâmetro para a composição das outras páginas do projeto gráfico.
 - (C) é a página que contém o layout modelo que pode ser aplicado a qualquer página do documento e pode ser baseada em outra máster já existente.
 - (D) define a tipologia de títulos e textos que serão utilizados no projeto gráfico.
 - (E) define a tipologia de títulos e textos e os espaços destinados as fotos que serão incluídos no projeto.
-
57. Os arquivos digitais de áudio e vídeo podem ser apresentados em vários formatos, sendo possível a compressão, armazenamento e distribuição. Para o processo de compressão, os arquivos de áudio e vídeo são
- (A) comprimidos através de *codecs* específicos desenvolvidos pela Moving Picture Experts Group e armazenados em contêineres com extensões tipo AVI e MP3.
 - (B) comprimidos através de *codecs* fornecidos pela Microsoft e pela Apple.
 - (C) comprimidos através de *codecs* específicos desenvolvidos pela Microsoft para cada formato e armazenados com extensões tipo AVI e MP3.
 - (D) comprimidos em softwares de edição e armazenados em diferentes *codecs* para distribuição.
 - (E) produzidos através de *softwares* de edição, com a sua compressão através de contêineres, como MP3 para WAV.
-
58. Na digitalização de documentos
- (A) os monitores recebem dados digitais e os transformam em informações analógicas.
 - (B) o teclado de um computador é analógico e emite informações digitais.
 - (C) os computadores traduzem informações digitais em arquivos analógicos, para a percepção.
 - (D) os softwares de edição manipulam os dados digitais e os transformam em informações analógicas para que se possa percebê-los com os sentidos.
 - (E) os reprodutores de áudio trabalham com arquivos digitais que são traduzidos em dados analógicos para a percepção.
-
59. No planejamento e execução de um projeto gráfico (revista, impressos em geral) no fechamento de arquivos para impressão em papel, finalizados em editores como o InDesign e Page Maker devem ser usados
- (A) os padrões CMYK (Ciano, Magenta, Amarelo e Preto), que incluem as cores primárias, no fechamento de projetos gráficos e em projetos para web, como sites e blogs.
 - (B) os padrões RGB no fechamento de arquivos em projetos gráficos para telas luminosas como os monitores de computador, e o CMYK para projetos gráficos com impressão a tinta.
 - (C) os padrões RGB (vermelho, verde e azul) no fechamento de arquivos de projetos gráficos para impressão em papel.
 - (D) os padrões RBG (vermelho, verde e azul) e CMYK (Ciano, Magenta, Amarelo, Preto), no design de projetos para diferentes fins e plataformas, sendo que nos projetos gráficos utilizamos o RGB.
 - (E) os dois padrões – RGB e CMYK – para melhorar a qualidade de um projeto gráfico destinado para impressão a tinta.
-
60. A arquitetura TCP/IP é
- (A) responsável por garantir a segurança no trânsito de dados pela internet evitando que dois sistemas diferentes, como Windows e o IOS, se conectem.
 - (B) baseada no protocolo HTML para tráfego de informações.
 - (C) um sistema de hardware que opera em rede.
 - (D) o conjunto de *hardwares* e *softwares* que trabalham em conjunto em um servidor de dados para entregar informações aos computadores de uma rede.
 - (E) o protocolo que determina como uma rede entre dois ou mais computadores ou sistemas deve funcionar, no tráfego de dados na web.
-